



17.02.2000
[Handwritten signature]

Requerimento N^o 694 /VIII/1^a - AC

2000 – Fevereiro –17

Assunto: Projecto Especial de Urbanismo Comercial para Cantanhede (PROCOM)

**Apresentado por: Deputada Maria do Céu Vidal
Lourenço, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**

Para o desenvolvimento da cidade de Cantanhede reveste-se da maior importância implementar projectos que dinamizem as estruturas comerciais, e que estejam associados à recuperação e revitalização do seu tecido urbano, com especial atenção para as zonas que integram o seu centro de Comércio Tradicional.

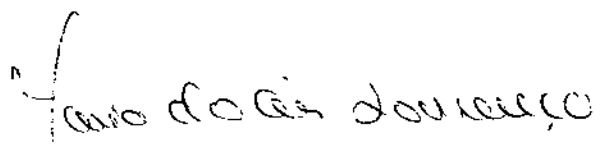
Os Comerciantes de Cantanhede, a Associação Empresarial de Cantanhede e a Câmara Municipal, conhecedores da existência de programas que apoiam estas iniciativas, elaboraram um conjunto de propostas que candidataram ao programa PROCOM, sendo que as primeiras candidaturas de alguns comerciantes datam já de Março do ano de 1999.

[Handwritten notes in a box: "maiores áreas" and "futuras"]

Aquando da recente visita de Deputados do Partido Socialista ao concelho de Cantanhede, tive a oportunidade de constatar que existem atrasos nas respostas na maioria destas candidaturas, o que tem prejudicado a implementação de programas e acções de recuperação e revitalização duma importante área do tecido comercial e urbano da cidade de Cantanhede. Acresce ainda, que os poucos projectos já homologados lhes foi atribuída a mesma classificação de 50%, não constando que a nenhum deles tenha sido atribuída a classificação de 66,6%.

Assim, ao abrigo das disposições Constitucionais e Regimentais em vigor, a Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Maria do Céu Vidal Lourenço requer ao Ministério das Finanças e da Economia as seguintes informações:

- Quais as razões que têm estado na origem do atraso das respostas a estas candidaturas;
- Número total de candidaturas apresentadas;
- Qual o montante total dos investimentos propostos;
- Quantos projectos já foram homologados, seus respectivos montantes de incentivos atribuídos e valores já pagos;
- Quais os critérios que presidiram à atribuição da mesma classificação de 50% a todos os projectos até agora homologados;
- Qual o “timing” previsto para a homologação dos restantes projectos, e forma de transição para o QCA III.



Maria do Céu Vidal Lourenço

Deputada do Grupo Parlamentar do PS